

A CONSTRUÇÃO DE FRONTEIRAS SIMBÓLICAS A PARTIR DE UM PROGRAMA BRASILEIRO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

GT 08: Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

Coordenadores/as GT: Néstor Cohen (coordenador principal), Laura Mota Díaz, Gonzalo De la Maza, M. Angélica Cruz.

RESUMO

A maior parte da literatura das Ciências Sociais sobre a política social conduz uma análise de impacto sobre a população beneficiária, ou seja, esses trabalhos visam medir o grau de proximidade ou de distância entre os resultados obtidos e os objetivos iniciais do programa. E, como consequência, a problemática que se apresenta em relação a esses trabalhos é que eles não avaliam o gap existente entre as normas institucionais e as práticas sociais. Nossa pesquisa possui um olhar diferente, o que nos interessa é de analisar como (e a partir de quais registros) as políticas de combate à pobreza podem criar fronteiras simbólicas e morais, reconfigurando diferentes status (sobretudo de gênero) entre indivíduos e grupos. Em particular, pretendemos discutir aqui alguns efeitos não premeditados pela política pública, em especial discutiremos o Programa Bolsa Família implementado no Brasil em 2003. Em primeiro lugar, mostraremos como a política de distribuição de renda pode produzir alguns parâmetros de diferenciação social entre os “pobres”. Em seguida, trataremos de apresentar como se constrói (formal e informalmente) um estigma em torno da figura do beneficiário, o que produz em última instância um processo de desclassificação social. O aprofundamento teórico destas discussões se pauta num trabalho de campo realizado em 2010 em uma periferia do Estado do Rio de Janeiro (Brasil). Foram realizadas 60 entrevistas em profundidade com “pobres” beneficiários e não-beneficiários do Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

TITLE: THE CONSTRUCTION OF SYMBOLIC BOUNDARIES AMONG THE "POOR": THE CASE OF THE “BOLSA FAMÍLIA” PROGRAM

Most of the literature of the social sciences on social policy conducts an impact analysis on the beneficiary population, ie, these works seek to measure the degree of closeness or distance between the results obtained and the initial objectives of the program. As a consequence, the problem that presents itself in relation to these works is that they do not evaluate the gap between institutional norms and social practices. Our research has a different look, what we want is to analyze how (and from which records) policies to combat poverty can create symbolic boundaries and moral reconfiguring different status (especially gender) between individuals and groups. In particular, we intend to discuss here some effects unpremeditated by public policy, in particular discuss the Bolsa Família Program implemented in Brazil in 2003. Firstly, we show how the policy of income distribution can produce some parameters of social differentiation between the “poor”. Then we will try to present how to construct (formally and informally) a stigma around the figure of the beneficiary, which produces ultimately a process of social disqualification. The theoretical study of these discussions is guided in a fieldwork conducted in 2010 in a suburb of the State of Rio de Janeiro (Brazil). We carried out 60 interviews with “poor” beneficiaries and non-beneficiaries of the Bolsa Família.

Keywords: Symbolic boundaries, income transfer programs, social justice

Título: A construção de fronteiras simbólicas a partir de um programa brasileiro de transferência de renda

Mani Tebet Marins

1. Perspectivas teóricas

Há décadas se acumula uma vasta produção acadêmica voltada para a conceituação das desigualdades sociais e da pobreza enquanto fenômenos sociais. Mapear estas reflexões seria uma tarefa inesgotável, nesse sentido esta discussão teórica apresenta apenas parte do debate com o objetivo de construir um pano de fundo mais geral sobre o qual desdobraremos nosso tema de pesquisa. Assim, por um lado, trataremos a pobreza sob seu aspecto cultural e moral e, por outro, analisaremos as desigualdades sociais sob o plano das fronteiras simbólicas. Destacamos que este tipo de enfoque não tem sido tão aprofundado no âmbito das ciências sociais, poucos são os estudos que abordam as representações coletivas e a dimensão simbólica em torno do funcionamento dos grupos sociais em relação ao Estado. Na verdade seria necessário, segundo tal autor, insistir sobre duas dinâmicas sóciopolíticas relacionadas ao combate da pobreza: a primeira relacionada a « exclusão simbólica » e o processo de estigmatização social de um grupo selecionado em relação a outro não selecionado pela mão do Estado, a segunda vinculada aos processos de privação de direitos sociais que acabam por produzir uma situação em que a desigualdade se reproduz (Strobel, 1995:71).

Gostaríamos de esclarecer que a conceituação de “pobreza” com a qual trabalhamos se afasta: 1) do campo epistemológico da economia, exatamente porque este limita, em grande medida, a pobreza aos aspectos de renda e ao acesso ao consumo e 2) das abordagens utilizadas pela Ciência Política (caracterizadas em geral por seu aspecto normativo). Notamos que:

“Para os cientistas políticos, o tema sugere, imediatamente, questões de justiça, participação política, direitos sociais. O antropólogo propõe-se, em relação à mesma questão, perguntas mais simples: o que é um cidadão? Qual a concepção que distintos grupos têm de cidadania? Por meio de que símbolos é possível detectar essas formulações?” (Peirano, 2006)

Tanto para o sociólogo quanto para o antropólogo, seria interessante analisar o Estado a partir da sua construção social como uma instituição que forma grupos e produz identidades. Nesse sentido, pretendemos nos aprofundarmos mais sobre o processo lento, conflituoso e diverso da construção de políticas públicas que ver o Estado como uma instituição homogênea, universal e acabada. Nesse sentido, a conceituação de pobreza não deve se restringir ao aspecto da renda, tendo em vista que o processo de pauperização apresenta múltiplas consequências nas quais às vezes intervêm aspectos simbólicos, políticos, sociais e econômicos. Strobel (1995:65) afirma que mesmo o discurso da exclusão pode ser interpretado como reducionista, na medida em que ele unifica as situações e acaba por impor uma imagem muito simples de uma sociedade dual dividida entre aqueles que estão *in* (dentro) e aqueles que são *out* (fora) do acesso a bens, serviços e direitos sociais. O autor francês argumenta que a utilização do conceito de exclusão pode servir ora como um meio de silenciar os “pobres” e naturalizar o fenômeno da precariedade ora como um artifício retórico para acomodar a situação. Assim,

“Para tentar então sair do discurso comum sobre exclusão, é útil colocar em perspectiva as evoluções que afetaram as representações contemporâneas de pobreza, tentando identificar os paradigmas que lhe caracterizam e as modelizações dos fatos sociais, implícitas ou explícitas que elas veiculam.” Strobel (1995:54- tradução própria)

Ao realizamos um levantamento bibliográfico das análises produzidas pelos cientistas sociais sobre as políticas públicas de combate a pobreza no Brasil verificamos, de forma recorrente, que os pesquisadores utilizam a política em si (e seus objetivos) para pensar as consequências desta ação pública, sem, no entanto, mostrar a construção social da produção dos discursos políticos e sem avaliar a defasagem entre as normas institucionais e as práticas cotidianas. Assim, ora tomam a

política como um “ente” que possui uma lógica racional e estratégica, direcionando seus interesses sobre a população-alvo, ora analisam os impactos da política sobre o grupo em questão, procurando medir a eficácia de tais ações.

No que se refere a questão vemos que ela ganhou maior visibilidade na pauta de ações públicas a partir da crise dos anos oitenta quando se generalizou uma série de debates públicos acerca de como enfrentá-la. Todavia, é nos anos noventa que se assume (tanto no Brasil quanto em vários outros países) mais sistematicamente a necessidade do combate à pobreza, diante da constatação que as reformas econômicas realizadas não seriam suficientes para gerar uma recuperação que levasse a redução significativa desta. A pobreza deixou então, de ser vista pelo Estado como um fenômeno conjuntural e passou a ser tomada como um fenômeno que demanda uma política duradoura de proteção da população estruturalmente “pobre”. É nesse contexto que emerge em 2003 o Programa Bolsa Família (PBF) que, gradativamente, vai ganhando apoio de um amplo leque de forças políticas, de matizes ideológicas variadas, e da opinião pública - embora também enseje um conjunto amplo de controvérsias.

Na medida em que as políticas sociais de combate à pobreza e de desenvolvimento econômico vêm organizando e prescrevendo “merecedores” das políticas sociais¹, por fazerem parte da categoria de “pobres”, acreditamos ser fundamental investigar como e através de quais processos se organiza a compreensão do que é ser “pobre” e que repercussões isso tem entre as famílias “beneficiárias” de um programa de transferência de renda brasileiro. O Programa Bolsa Família teve início em 2003 no primeiro governo Lula e incorporou algumas políticas de transferência de renda já existentes no governo FHC que possuíam, no entanto, baixa cobertura. Em pouco tempo o PBF se tornou o maior programa de combate à pobreza no Brasil e no mundo, pois até junho de 2013 atendia mais de 13 milhões de famílias, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)². Em seu desenho o PBF apresenta basicamente dois objetivos: o alívio imediato da pobreza através da transferência direta de renda para “famílias pobres”, priorizando as mulheres como responsáveis pelo benefício, e o exercício de direitos sociais básicos relacionados à saúde e à educação, com a finalidade de romper com o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

O PBF tem como público alvo dois tipos de família: 1º) aquelas com renda mensal per capita inferior a 70, 00 reais e 2º) aquelas com renda mensal per capita de até R\$ 140,00 reais³. O primeiro corte independe da configuração familiar para o recebimento da bolsa. Já no que se refere ao segundo público-alvo é necessária a existência de pelo menos uma criança ou adolescente de até 15 anos compondo esta família. Já as chamadas condicionalidades do PBF são relativas à matrícula e à frequência inferior a 85%) escolar (não de crianças e adolescentes até os 17 anos⁴, à imunização, ao acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento das crianças até os sete anos, à realização de acompanhamento neo-natal e à realização de pré-natal por parte das gestantes. Os valores pagos pelo Programa variam de R\$22,00 a R\$200,00, de acordo com a renda mensal per capita da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos. Recentemente foi incluído o benefício variável gestante (BVG) e o benefício variável nutriz (BVN) e o Benefício para a superação da extrema pobreza (BSP).

Os debates públicos e acadêmicos sobre o Programa Bolsa Família têm se concentrado, notadamente, em avaliar a eficácia do Programa, sua focalização na população considerada pobre, o cumprimento das condicionalidades relativas à frequência escolar das crianças e o acesso à saúde e à segurança alimentar. Mais recentemente, alguns trabalhos (Soárez e Libardoni, 2007; Rego, 2008; Carloto, 2009) vêm abordando a questão de gênero no interior do Programa. Todavia, a maioria dos estudos até aqui produzidos se dedicam, sobretudo, a avaliar os impactos do PBF sobre a

¹ Ver o trabalho de Steensland (2006).

² Também se encontram na página do MDS informações sobre número de famílias beneficiárias nos dois segmentos de renda cobertos pelo programa (www.mds.gov.br).

³ Para ver melhor a complexa distribuição do valor do benefício ver anexo VI.

⁴ Até o ano de 2007 este limite de idade chegava aos 15 anos. A partir de 2008 foram incorporados os adolescentes entre 15 e 17 anos que passaram a compor a parte variável do benefício.

“população beneficiada”, ou seja, objetivam medir o grau de aproximação ou de distanciamento dos resultados obtidos frente às metas estabelecidas pelo próprio Programa. O nosso estudo segue em outra direção. O objetivo é contribuir para a reflexão sobre as políticas públicas como um conjunto de concepções e ações que afetam a sociedade ou parte dela, para além dos seus objetivos declarados. Tais efeitos podem ser de natureza simbólica, se inscrevendo no tecido relacional de uma comunidade, gerando novas formas de solidariedade e tensões entre grupos sociais.

Para apreender esses novos processos, faremos uso do conceito de fronteiras simbólicas sugerido por Lamont e Fournier (1992:12) que remete às *“distinções conceituais que nós fazemos entre objetos, pessoas e práticas. Elas operam como um sistema de regras que guiam a interação afetando aqueles que juntos se engajam num ato social”* (Tradução nossa). Trata-se de uma opção teórica que acreditamos poder contribuir para a análise do nosso objeto de pesquisa, na medida em que o PBF promove de maneira informal (e mesmo não-institucional) a construção de diferenças, distinções e hierarquias entre “famílias beneficiárias” e “famílias não beneficiárias” em um bairro popular localizado em um município da periferia da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Importante mencionar que a possível produção de estigmas em torno da figura do “beneficiário” (geralmente mulher-mãe⁵) não pode ser apenas entendida pelo viés da atribuição negativa ou depreciativa, mas sim como uma linguagem que envolve as relações sociais como um todo. Assim,

“Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso. Um estigma é então na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação deste conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito.” (Goffman, 1998:13)

Neste contexto, a ideia aqui seria pensar até que ponto ser “beneficiário” constitui um estigma que irá interferir no fluxo das suas interações cotidianas. Esse viés de análise se torna ainda mais desafiador porque ambos os grupos (“beneficiários” e “não beneficiários”) compartilham o mesmo local de moradia e modos de vida muito semelhantes, mantendo entre si relações de parentesco e de reciprocidade que caracterizam a vida social dos habitantes dos bairros da periferia das grandes cidades brasileiras.

O olhar sobre a temática da pobreza que pretendemos fazer neste trabalho envolve uma discussão em torno de três principais objetivos. De maneira geral, buscaremos compreender quais são as concepções de pobreza contidas no PBF e como os candidatos ao benefício interpretam e negociam com os operadores do Programa as categorias expressas no cadastro que devem preencher. Como por exemplo: renda, família, domicílio, conjugalidade e filiação. Em segundo lugar, procuraremos explorar em que medida o grupo de “beneficiários” passa a se perceber e ser percebido como um grupo social diferenciado no bairro. Em que consiste essa diferenciação? Quais valores (ou múltiplas moralidades) são aplicados pelos “beneficiários” e “não beneficiários” para justificar a participação no Programa? Em terceiro lugar, procuraremos observar como os diferentes atores da comunidade (comerciantes, professores, agentes comunitários de saúde e assistentes sociais) se relacionam com os “beneficiários” do PBF.

De modo mais específico, dividimos nossos objetivos em três grupos: 1º) os efeitos do Estado⁶ sobre o grupo de “beneficiários” e de “não beneficiários”; 2º) a relação entre “beneficiários” e “não beneficiários.” 3º) a relação dos profissionais com os “beneficiários”. Assim, no primeiro nível almejamos compreender quais informações são consideradas pelos operadores do Programa como as mais relevantes para selecionar os “beneficiários”. Já no segundo nível,

⁵ Cerca de 93% dos titulares do PBF são mulheres segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, fevereiro- 2012).

⁶ Adotamos aqui a concepção Foucaultiana de Estado que pressupõe uma relação com as instituições locais, na medida em que o poder somente penetra na vida dos atores quando há um deslocamento do nível central para um nível mais periférico. Este deslocamento foi denominado por Foucault (1979) como “micro-física do poder”.

pretendemos compreender se os “pobres” que não recebem o benefício produzem categorias e práticas estigmatizantes em relação aos “beneficiários”. Objetivamos ainda compreender se as percepções dos “não beneficiários” estariam imbuídas de um *ethos* do trabalho, tendo como eixo norteador a noção de mérito. E também investigar os critérios de justificação que os “beneficiários” utilizam para explicar o fato de serem merecedoras ou não do benefício recebido. No terceiro nível analítico, pretendemos perceber em que medida os “beneficiários” negociam (e constroem) seu “status social”⁷ através da relação com os profissionais que atuam no campo da assistência.

As políticas sociais no Brasil, em especial aquelas vinculadas ao âmbito da assistência social, centralizam a família como ator importante para o sucesso dos programas e em geral tendem a utilizar as mulheres (mães) como um ator intermediário da relação entre família e Estado. Alguns desses programas (como, por exemplo, o Bolsa Família) definem a mulher como protagonista e responsável legal pelo benefício. De fato, desde a década de 1990 as “famílias pobres” (e principalmente a mulher enquanto mãe) passam a ter um importante papel na administração e no direcionamento dos recursos que lhes são transferidos. Considerando também que as mulheres cumprem em maior medida (ou sozinhas) que os homens as condicionalidades que o programa exige, utilizamos a mãe como foco principal de nossa pesquisa, no entanto também entrevistamos seus cônjuges com a finalidade de entender como estes últimos compreendem o Programa Bolsa Família e como percebem seu status vinculado (ou não) a ele ?

Nesse sentido, realizamos entrevistas com “famílias beneficiárias” e “famílias não beneficiárias” do Programa Bolsa Família, tendo como base um roteiro semi-estruturado que permitiu dar conta das percepções dos entrevistados sobre os “beneficiários” ou sobre o Programa. No total realizamos 60 entrevistas com moradores de um espaço com concentração de pobreza urbana, sendo elas divididas entre famílias beneficiárias (mulher, homem e adolescente quando havia) famílias não beneficiárias, atores institucionais (assistentes sociais, professores, agentes de saúde, estagiários, coordenador municipal do PBF) e comerciantes.

Através desta escolha pretendemos compreender em que medida estes profissionais tipificam a população de baixa renda e os “merecedores” do benefício. Estamos interessados também em tentar entender a maneira pela qual os agentes implementadores do Bolsa Família produzem tais tipificações, ou seja, quais seriam os instrumentos (relatórios, regras da política, empatia pelo requerente, etc.) acionados para legitimar e certificar suas posturas.

2. Análise das entrevistas

A partir dos dados empíricos verificamos a existência de efeitos (sobretudo morais e simbólicos) não premeditados da ação pública, como a construção de controles morais específicos. Estes controles ora se impõem de maneira institucional/formal (principalmente através de profissionais, como os Assistentes Sociais, Agentes de Saúde e Professores) ora se impõem de modo informal (que perpassa pelas relações de vizinhança). Muitas vezes esses controles se baseiam em sentimentos de ciúme ou através da produção de fofocas em torno dos beneficiários do Bolsa Família. Torna-se importante mencionar que o processo de entrada no programa se desenvolve ora de maneira conflituosa (questionando a legitimidade do serviço Social) ora de maneira resignada (que por força da estrutura econômica precária, eles acabam por se submetendo a um conjunto de humilhações). E dependendo do contexto, há uma estratégia de encobrimento do status de beneficiário, por exemplo, irem ao banco buscar seus auxílios, os beneficiários se sentem envergonhados e temem serem taxados como “miseráveis” pelos “clientes comuns” (ou seja, não beneficiários).

Além disso, há um desacordo entre os próprios beneficiários com relação ao valor do benefício. Em geral, eles não compreendem por que existem diferentes valores do benefício em um contexto similar de pobreza e esta incompreensão produz um sentimento de injustiça social. Já, o fato de haver uma oferta de cursos de capacitação prioritariamente para os beneficiários acaba se tecendo um sentimento de injustiça entre aqueles que não são contemplados pelo Bolsa Família,

⁷ No sentido utilizado por Goffman (1998:12).

estes últimos atores acreditam, ao contrário, que este tipo de curso deveria ser para todo mundo. No limite, acham que a política produz desigualdade entre as pessoas. Ainda de acordo com estes indivíduos (também “pobres”, porém não beneficiários) a política de transferência de renda deveria ser universal, pois todos ali precisariam de complementação à renda ou de capacitação profissional. Realizam também uma distinção entre os “trabalhadores” e os “desempregados”, afirmando que seria injusto uma política não valorizar aqueles que possuem mérito de conseguir um emprego. Por isso, alguns apontam que seria mais justo aumentar o salário mínimo e a aposentadoria.

Apesar dos beneficiários sofrerem (em diversos espaços) estigmas por conta do seu status de beneficiário, existe uma esfera na qual eles se sentem valorizados e possuem “créditos de confiança”, qual seja: na atividade do comércio. No entanto, esta relação não pode ser lida como completamente livre de constrangimentos, ao contrário o “respeito” aqui aparece, não porque há uma valorização do indivíduo ou grupo em si mesmo, mas sim pelo poder de compra dos beneficiários.

Com relação aos agentes institucionais, percebemos certa ambiguidade no que se refere as categorias de direito e ajuda em relação ao PBF que como sabemos tem sido implementada como uma política de governo e não de Estado. Assim, eles hesitam em defini-la como um direito. Acreditam também que os beneficiários se acomodam, fornecendo exemplos do esvaziamento dos cursos de capacitação e abandono do trabalho. Parece que os beneficiários que trabalham possuem uma “licença poética” para poder consumir tudo o que eles querem já para os beneficiários que não trabalham se impõe um constrangimento moral, assim eles devem somente comprar o necessário, ou seja, a alimentação. Interessante notar também que há um processo de negociação do poder parental, (sobretudo entre os adolescentes e os adultos) no que tange a administração do auxílio no interior da família, nesse sentido visualizamos um discurso de dissonância com relação à autoridade parental e a ideia de obediência. Entre o conjunto de famílias beneficiárias notamos que as famílias monoparentais femininas são vistas pelas pessoas do bairro como as mais legítimas no interior do programa, pois como as mulheres se encontram sozinhas é socialmente legítimo que o Estado substitua o papel tradicional do marido/cônjuge.

3. Considerações finais

As políticas de transferência de renda, em particular o Programa Bolsa Família, estabelecem múltiplos controles sobre a população beneficiária, que serão (re)negociados no contexto interacional. Ao contrário da clara incorporação (portanto, da naturalização) das regras da política, os agentes institucionais aderem a valores morais específicos do “bom pobre” e do “merecedor”. Nesse sentido, não parece haver uma correspondência coerente entre a classificação do Estado e a incorporação automática dos indivíduos aos seus princípios gerais; ao contrário, valores morais complexos regem as relações sociais locais. Visualizamos a construção de ações estigmatizantes relativas aos beneficiários que se baseiam em julgamentos de valor e em processos classificatórios/acusatórios. Este processo produz fronteiras simbólicas entre os “pobres” (beneficiários e não-beneficiários) no que tange aos princípios de justiça, mérito, de necessidade, de honestidade e de sofrimento humano.

4. Bibliografia

- Bourdieu, Pierre. *La distinction : critique sociale du jugement*. Paris, Minuit, 1979.
- Bourdieu, Pierre. “Espaço social e poder simbólico” IN: Bourdieu, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- Bourdieu, Pierre. *Sur l'État*. Cours au Collège de France (1989-1992). Paris, Seuil, 2012.
- Brandao, André; Dalt, Salete da & Gouvêa, Victor. *Avaliação do Programa Bolsa Família. Relatório Executivo Brasil*. DATAUFF, 2006.
- Carloto, Cássia & Mariano, Silvana. “Gênero e combate à pobreza. Programa Bolsa Família.” In: *Revista Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. Vol.17, nº3, 2009.
- DataUFF. *Relatório de Pesquisa. Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família – Expectativas de Geração de Oportunidade e Renda pelos Beneficiários do Programa*. DataUFF – Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

- Dubois, Vincent. *La vie au guichet. Relation administrative et traitement de la misère*, Paris, Économica- études politiques, 2010.
- Duvoux, Nicolas. *L' autonomie des assistés. Sociologie des politiques d' insertion*. Paris, PUF; 2009.
- Duvoux, Nicolas. *Le nouvel âge de la solidarité. Pauvreté, precarité et politiques publiques*. Paris. Seuil, 2012.
- Euzeby, Chantal. *Le Revenu Minimum Garanti*. Éditions La Découverte 1, Place Paul-Painlevé, Paris V, 1991.
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 37ª edição. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.
- Foucault, Michel. *Gouvernementality*. In: Rabinow, P.& Rose N. (eds), *The essencial Foucault: selections from essencial works of Foucault 1954-1984*. London; New Press, 2003, p.229-245.
- Goffman, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- Goffman, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1998.
- IBASE. “Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias”. Documento síntese, Ibase, Junho 2008. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf. Acesso dia 23/07/2008.
- Lahire, Bernard. *Retratos sociológicos*. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- Lamont, Michele and Fournier, Marcel. *Cultivating boundaries and the making of inequality*. The University of Chicago Press, Chicago and Londres, 1992.
- Lamont, Michele, and Viràg Molnár. 2002. “The Study of Boundaries Across the Social Sciences.” *Annual Review of Sociology* 28: 167-195.
- Lamont, Michele. *Reavaliando cultura e pobreza*. In: *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Maio, 2010.
- Lamont, Michele and Mario Luis Small. *Cultural Diversity and Anti-Poverty Policy*. *International Social Science Journal*, 2010a: 169-80.
- Paugam, Serge. *Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.
- Paugam, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, Cortez, 2003.
- Paugam, Serge. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris, PUF, 2005.
- Paugam, Serge & Duvoux, Nicolas. *La régulation des pauvres*. Paris, PUF, 2008.
- Peirano, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- Perrot, Michelle. *O olho do poder*. In: Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução. Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.
- Rego, Walquiria. “Aspectos teóricos das políticas de cidadania: Uma aproximação ao Bolsa Família”. São Paulo, Lua Nova, 2008, nº 73: 147-185.
- Small, Mario Luis, David J. Harding and Michele Lamont. “Reconsidering Culture and Poverty.” *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*. 2010, 629:6-27.
- Steenland, Brian. *Cultural categories and the American Welfare State: the case of guaranteed income policy*. Chicago, University of Chicago, V.111 nº5, 2006.
- Strobel, Pierre. *Penser les politiques sociales. Contre les inégalités : le principe de solidarité*. La tour d' aigues, Éditions de l' Aube, 2008.
- Suárez, Mireya; Libardoni, Marlene. “O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres”. In: Vaitsman, Jeni; Sousa, Rômulo. *Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados (Volume II- Bolsa Família e Assistência Social)*. Brasília, 2007 (pp. 119-160).